

## SOCIOLOGIA DA AGRICULTURA: UM NOVO ENFOQUE PARA A SOCIOLOGIA RURAL ?<sup>1</sup>

MANOEL MALHEIROS TOURINHO<sup>2</sup> e LEVY CRUZ<sup>3</sup>

RESUMO - A sociologia rural, afora alguns trabalhos de exceção, abandonou a agricultura como objeto de estudo e dedicou-se à investigação das sociedades rurais, ou seja, aquelas que viviam fora das cidades. Esse enfoque vem sendo altamente criticado nos últimos poucos anos, crítica essa que vem acompanhada de uma proposta de uma sociologia da agricultura. Utilizando teorias marxistas e também da 'sociologia norte-americana standard', esse novo campo se propõe a analisar o processo de produção agrícola e os fenômenos com ela relacionados: relações de produção, mão-de-obra agrícola, o associativismo a ela vinculado assim como aos produtores não diretos, a organização social da produção agrícola e o sistema de classes sociais. Este trabalho procura mostrar a origem e o desenvolvimento da sociologia rural, a crítica ao enfoque predominante até hoje, e as idéias principais da nova sociologia da agricultura (particularmente dois enfoques que chama de institucional-espacial e organizacional), assim como registra a situação a respeito dos estudos agrários e da sociedade rural brasileiros.

Termos para indexação: sociologia, agricultura, organização, organização social, sociologia rural, sociologia da agricultura.

## SOCIOLOGY OF AGRICULTURE: A NEW APPROACH TO RURAL SOCIOLOGY ?

ABSTRACT - The study of rural sociology, with the exception of a few articles, abandoned agriculture as a matter of study and dedicated itself to the investigation of rural society, i.e. all those people who lived outside of the cities. This approach has been criticized in recent years, with the recommendation that this line of research be replaced by the sociological study of agriculture. Using Marxist theory and also theories from the mainline American sociology, this new approach suggest analyzing the process of agricultural production as well as all related phenomena such as the farm associations, the social organization of agricultural production, and the rural class system. This paper indicates the source and the central ideas of the new sociology of agriculture, focusing on two perspectives: the institutional-spacial and the organizational. The paper also shows the situation of research in rural sociology and agriculture society in Brazil.

Index terms: sociology of agriculture, social organization, rural sociology.

---

<sup>1</sup> Recebido em 03 de maio de 1985.  
Aceito para publicação em 13 de junho de 1986.

Este artigo é um resumo de parte do mini-curso que foi dado no XXII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, da Sociedade Brasileira de Economia Rural, levado a efeito em Salvador, em julho-agosto de 1984. O curso foi ministrado no dia 3 de agosto.

<sup>2</sup> Sociólogo, Ph.D., Pesquisador principal, do Centro de Pesquisas do Cacau, Ilhéus, Bahia, da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - Caixa Postal 7 - CEP: 45600 - Itabuna, BA.

<sup>3</sup> Sociólogo, Assessor da CEPLAC/Secretaria Geral, Brasília - SAS - Quadra 5 - Lote 8 - CEP: 70070 - Brasília, DF.

## INTRODUÇÃO

A sociologia rural, desde o seu início até hoje, praticamente ignorou, com poucas e honrosas exceções, o estudo da agricultura. Em vez disso, dedicou-se às características 'sociais' das sociedades vivendo fora das cidades.

Esse enfoque vem merecendo, ultimamente, críticas severas da parte de muitos sociólogos. Autores como os que serão analisados neste artigo, e outros, estão entre os que mais se vêm destacando na proposição de uma sociologia da agricultura e na sua utilização para a análise do meio rural.

Esse novo enfoque teórico procura utilizar idéias marxistas, da sociologia das organizações, da sociologia do trabalho e mesmo da sociologia do conhecimento. Neste trabalho pretende-se registrar as críticas feitas à sociologia rural convencional e o surgimento e o desenvolvimento desse novo campo da sociologia.

Nos países considerados economicamente subdesenvolvidos — ou pelo menos no Brasil — o desenvolvimento da sociologia rural tem ocorrido diferentemente do daquele dos países desenvolvidos, como nos Estados Unidos. Por isso pretende-se também, pelo menos, apontar a existência de uma sociologia da agricultura entre nós, de surgimento e desenvolvimento totalmente independente daqueles que vêm tendo no exterior.

## ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DA SOCIOLOGIA RURAL

Encara-se aqui a sociologia rural como uma disciplina que nasceu nos Estados Unidos. A sua história parece indicar claramente que na Europa e, evidentemente, em outros países, ela só veio a se implantar um pouco ou bem mais tarde.

O interesse da sociologia nos Estados Unidos permaneceu essencialmente nos problemas urbanos até o último terço do século passado, quando a existência de uma sociedade rural era apenas reconhecida. Quando, no entanto, determinados eventos por que passava a sociedade rural foram vistos como problemáticos, começou a aparecer a sociologia rural. Os conflitos pela posse das terras públicas no período que antecedeu à Guerra Civil, tiveram importante papel nesse desenvolvimento. O mesmo se pode dizer da depressão agrícola decorrente dos aumentos dos fretes ferroviários e das taxas de crédito (Sims, 1947).

Nos fins do século 19, e no começo do atual, os problemas passaram a ser vistos como mais que problemas econômicos, envolvendo a vida familiar, a qualidade de vida, as instituições e a comunidade. Em estados da Nova Inglaterra surgiram slogans como 'Mantenham os jovens nas fazendas' e 'Voltar à terra'. Por volta de 1900, Liberty Hyde Bailey & Kenyon L. Butterfield, separadamente, escreveram trabalhos pioneiros que ajudaram a criar um interesse pela sociologia da vida rural. Bailey foi o primeiro a formular proposições claras sobre a sociedade rural em termos não-econômicos (Sims, 1947).

Mesmo assim, até a segunda década do presente século não havia muito conhecimento sobre a sociedade rural norte-americana. Apenas artigos em jornais, poucas

monografias e algumas teses de doutoramento. Em suma, um conhecimento fragmentado e desorganizado não integrado num corpo de conhecimento que pudesse ser chamado de ciência.

Houve alguns impulsos decisivos. Por exemplo, a Comissão Theodore Roosevelt sobre a Vida Rural, em 1907, com relatório publicado em 1911. Essa Comissão foi chefiada por Liberty Hyde Bailey e deu grande ímpeto ao desenvolvimento da sociologia rural.

Em 1911 foi levado a efeito o estudo de Charles J. Galpin sobre uma pequena comunidade rural no Estado de Wisconsin, hoje um clássico da sociologia rural e considerado o início da pesquisa sociológica rural. Em 1913 foi publicado o primeiro texto da disciplina. Em 1917 criou-se uma seção rural na American Sociological Society. Em 1919 foi criada uma Comissão de População e Vida Rural no Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. Em 1925 a Lei Purnell autorizou as estações experimentais agrícolas a utilizarem em pesquisas econômicas e sociais fundos que até então eram utilizados somente para pesquisa agrônômica. Em 1935 surgiu a revista especializada **Rural Sociology** (publicada até hoje). Em 1937 fundou-se a Rural Sociological Society, que hoje congrega a maioria dos sociólogos rurais dos Estados Unidos e um certo número dos de outros países, especialmente o Canadá.

A partir dessas datas, a disciplina se desenvolveu até chegar ao que é hoje: departamentos de sociologia rural em muitas universidades, que provêem ensino e realizam pesquisas; grande volume de publicações, seja em revistas especializadas seja através de livros ou monografias; grande número de sociólogos rurais dando assessoramento a órgãos governamentais, em programas de desenvolvimento rural, tanto nos Estados Unidos como em outros países; razoável número de PhDs se formando a cada ano, além dos Mestres; e assim por diante.

E o que investiga e analisa a sociologia rural feita nos Estados Unidos? É para o seu conteúdo que volta a análise a seguir.

### CONTEÚDO DA SOCIOLOGIA RURAL

É interessante observar que já em 1918 Galpin et. alii afirmaram que rural e urbano eram conceitos vagos e contraditórios e deveriam ser abandonados (Gilbert, 1982). Gilbert reconheceu 'o paradoxo de que a sociologia rural nasceu duvidando do seu objeto — o seu direito conceitual para existir como uma disciplina' (Gilbert, 1982). Outros autores atacaram esse mesmo ponto. Howard Newby em 1978 dizia que 'a sociologia rural ainda demonstra poucos sinais de sobrepujar o seu problema definicional básico — a saber, o que constitui o 'rural'' (Newby, 1978). Operacionalmente, terminou ficando estabelecido que rural era o que estava fora das cidades. Uma consequência dessa orientação foi que muitos dos trabalhos feitos por sociólogos rurais se referiam a temas muitos dos quais nada tinham de especificamente diferentes dos estudos nos meios urbanos, a não ser o fator de se referirem a áreas localizadas fora das cidades, grandes ou pequenas; ou, em outras palavras,

tinham de 'rural' apenas o fato de estudarem uma população que não vivia nas cidades. Entre aqueles estudos se incluía o uso de maconha por adolescentes (Winfrey, Jr. e Griffiths, 1983), o medo do crime entre os mais velhos (Lee, 1982) e assim por diante. Não se estudava a agricultura.

William H. Fiedland (1982) analisou 774 artigos publicados na revista **Rural Sociology** no período 1936-1975, e concluiu que o tema 'comunidade' foi o que atraiu mais a atenção dos sociólogos rurais nos Estados Unidos naquele período. Outros temas de mais interesse foram difusão/adoção e modernização/mudança social. Os estudos sobre esses três assuntos constituíram 52,3% do total de artigos. Outros onze temas atraíram bem menos os sociólogos rurais dos Estados Unidos (Tabela 1). É compreensível essa preferência quando se considera que houve uma decisão, nos primórdios da sociologia rural naquele País, de que a mesma se ocupasse com a 'sociedade rural' (através das comunidades vivendo no campo) em vez de com a agricultura. Nota-se que não há praticamente interesse para com a terra, a tecnologia (a não ser do ponto de vista da sua difusão/adoção), as relações de trabalho, etc. Isso é tanto mais de estranhar quando sabemos que a agricultura passava, nesse mesmo período, por mudanças radicais na sua tecnologia, na sua mão-de-obra, na sua organização, etc. (Friedland, Barton & Thomas, 1981).

Essa característica da sociologia rural norte-americana — agora já sendo repetida em muitos outros países — vem sendo severamente criticada por um grupo de sociólogos, daquele País e europeus. A seguir expor-se-ão os pontos principais dessa crítica.

### CRÍTICA À SOCIOLOGIA RURAL CONVENCIONAL

Em 1957, o relatório do sociólogo rural americano T. Lynn Smith, Professor da Universidade da Flórida, era dos mais otimistas sobre a sociologia rural como ciência e disciplina. Convidado pela Rural Sociological Society para escrever sobre a situação da sociologia rural nos Estados Unidos e Canadá, Smith (1957) parece não ter tomado em consideração as inquietações que já cercavam a disciplina, pois em 1948 sociólogos americanos pioneiros já escreviam sobre os conceitos contraditórios de 'rural' e 'urbano'.

A partir de certos enunciados sobre a insuficiência da sociologia rural para explicar os fenômenos rurais (Galjart, 1973), uma tarefa urgente consiste em avaliar o atual estado da disciplina.

A crítica à sociologia rural alinha-se em três frentes: 1) a da definição: o que é e o que se entende por 'rural', ou seja, a definição do espaço, alvo de atenção da disciplina; 2) a da teoria: é a sociologia rural ateorica?; e 3) a existência ou não de um 'mundo rural'.

A primeira questão impõe como claramente definir o campo da sociologia rural. A experiência dos sociólogos rurais tem demonstrado que a fronteira urbano/rural tem sido altamente arbitraria.

Como se pode inferir das definições apresentadas em vários estudos sociológicos (ver Kalil, 1965; Costa, 1975), o limite entre o rural e o urbano parece refletir os sintomas de dificuldades conceituais mais profundas. Parece que a sociologia rural ao afastar-se de outras sociologias como a sociologia do desenvolvimento e a sociologia do campesinato, terminou por abandonar aquela estrutura institucional, comprometendo a interpretação histórica e global da sociedade rural, além de ter conduzido a definições arbitrárias e um tanto inapropriadas. Exemplo: ser tratada como uma sociologia rural das sociedades avançadas (Newby & Buttel, 1980). Outra dificuldade conceitual diz respeito à sociologia rural ser muito mais um estímulo de pesquisa que uma disciplina propriamente (Sewell, 1950).

Embora esse estilo tenha sido amplamente exportado para outras partes do mundo, e com marcada influência no desenvolvimento da sociologia rural européia (Hofstee, 1963), tais inserções sócio-culturais não foram suficientes para modificar o caráter positivista, indutivo, quantitativo e aplicado que nortearam a sociologia rural desde a sua origem. É importante ressaltar que tal estilo, não só definiu o campo da sociologia rural como também o seu objetivo central.

Os problemas de buscas definicionais persistem, assim como uma relutância em que reconhecer que o termo 'rural' não passa de uma categoria empírica. Como afirma Wakeley (1967): é 'uma expressão geográfica, em vez de sociológica' e não pode ser cientificamente combinada com sociologia. Assim a definição de sociologia rural esbarra na questão crucial: pode a sociedade rural ser definida cientificamente? Ao persistir tal impasse, Warner (1974) propõe que a sociologia rural é melhor definida como a 'sociologia de localidades geográficas onde o tamanho e a densidade da população são relativamente pequenos'. Tal definição mesmo assim não resolve o problema, desde quando 'relativamente pequena' é ainda arbitrário.

É a sociologia rural atórica? Esta questão remete o estudante à segunda crítica ao atual status da sociologia rural.

Antes de mais nada é preciso considerar que a sociologia nascida com Augusto Comte não teve nenhuma preocupação com o rural, nem sequer premissas. A sociologia nasceu para explicar fenômenos de desajustamento ocorrendo nas cidades do século 18. Foi por isso uma sociologia comprometida com o urbano e suas mudanças a partir da industrialização. Depois é preciso considerar que a sociologia rural não esteve entre as maiores preocupações de nenhum dos clássicos da sociologia. A sociedade rural, quando considerada, era apenas como parte complementar do mundo urbano, e por isso mesmo 'residual' em relação às preocupações dos teóricos clássicos.

Em verdade, os pensadores clássicos estavam certos. A primeira reflexão que se impõe é a de que não pode existir uma teoria da sociedade rural sem uma teoria da sociedade *tout court*. Entretanto, parece que os sociólogos rurais quiseram ignorar tal referência e trataram de desenvolver uma teoria para a sociologia rural, sem atentar para uma referência geral. Ignorava-se o que estava acontecendo na economia e na sociedade em geral e tendia-se a pensar o setor rural como uma entidade separada, que pode ser pensada independente do setor não-rural (Coop, 1972).

Além dessas indicações mais gerais, a deficiência teórica da sociologia rural é identificada como causada por variados agentes.

O estilo da pesquisa em vigor, com muita ênfase em resultados práticos, foi colocado por Sewell (1950) como um fator responsável pela aversão da sociologia rural à teoria. A estrutura bipolar, com a dicotomia do *Gemeinschaft-Gesellschaft* ou do Continuum Rural-urbano foi indicada também como causa da pouca qualificação teórica da sociologia rural. Duramente criticada, esta perspectiva conduz o estudante da sociedade rural a enquadrá-la como um 'microcosmo', um sistema social fechado e previsto para evoluir a partir de estímulos gerados em um outro sistema social mais moderno, progressista ou avançado (Giddens, 1976).

Apesar de evolucionista, a perspectiva do mundo dual não colocou a sociologia rural diante de um enfoque holístico, onde uma teoria da sociedade e uma teoria de alocação de recursos no espaço físico pudessem ser combinadas, com a evidente primazia da teoria de sociedade (Newby & Buttel, 1980). Prevalecendo algumas expressões culturais do Século 19, e, portanto, sem qualquer validade para a época moderna e contemporânea, a sociologia rural ressentia-se de teorias que possibilitem a formulação de uma nova agenda de pesquisas e um novo impulso.

A terceira crítica diz respeito à própria existência de um 'mundo rural', objeto da preocupação da sociologia rural.

Fenômenos recentes e de origens variadas como as mudanças demográficas do Século 20, as formas de intervenções governamentais no meio rural, a crescente subordinação da agricultura à indústria, tendem a aumentar a integração dos setores rurais e urbanos e ao mesmo tempo propor a convergência do 'rural' para o 'urbano' caminhando-se para a idéia de 'aldeia global'.

Mais especificamente, esta convergência foi denunciada a partir de quando, há duas décadas atrás, Stein (1960) escreveu sobre o desaparecimento das comunidades *Gemeinschaft* nos Estados Unidos. O severo declínio a que se referiu Stein foi atribuído à industrialização, à urbanização e à penetração da burocracia no ambiente comunitário, causando um 'eclipse' do mundo rural. A invasão de organizações altamente burocráticas ou a realocação industrial foi apregoada por Summers e seus colegas (1976) como causa do declínio das comunidades rurais. De fato, a indústria tende a ocupar o espaço que lhe assegure operar com vantagens comparativas. O exercício do domínio sobre a matéria-prima ou a clientela, ou mesmo a simples conquista de uma economia de escala, são fatores que podem ajudar na determinação da realocação no espaço 'rural', apressando a 'integração' deste a um só modelo de produção.

Nos países de economia avançada, os movimentos migratórios de retorno às áreas rurais e, nos países de economia pouco avançada, os trabalhadores volantes da agricultura ou 'bóias-frias', embora distintos quanto a sua origem, trazem ambos uma questão comum: que tipo de alteração pode ser introduzida nas relações sociais e de trabalho do setor agrícola da economia a partir de pessoas com 'experiência de vida urbana?'

Portanto, a atual crise rural parece ligar-se a uma série de fenômenos até certo ponto contidos na chamada 'Teoria da Convergência' (Kerr, Harbison, Dunlop & Myers, 1960; Feldman & Moore, 1960) a qual hipotetiza que o capitalismo industrial prevalecerá no mundo, determinando um formato único para as instituições nacionais. Neste caso o rural converte-se em urbano, o tradicional em moderno, o familiar em contratual e assim sucessivamente.

### A SOCIOLOGIA DA AGRICULTURA

A sociologia da agricultura pode ser tratada sob dois enfoques: O Institucional-Espacial, que tem nos trabalhos de Newby (1978) e Newby & Buttel (1980) os seus marcos mais importantes; e o **organizacional**, cujas idéias são centrais no trabalho de Friedland, Barton & Tomas (1981). (Estes qualificativos 'institucional-espacial' e 'organizacional' foram cunhados pelos autores do presente artigo e não pelos que estão citados).

Em ambos abandona-se a idéia de estudar as sociedades localizadas no meio 'rural' para investigar-se a agricultura como atividade econômica e ocupacional. A sociologia da agricultura se coloca, pois, como a sociologia da mais importante atividade econômica realizada no espaço convencionado como rural. Não é pois a sociologia das sociedades que vivem no ambiente rural, mas a da sua ocupação primordial e vital - a agricultura.

No resumo que será feito a seguir desses dois enfoques espera-se ter sido fiel às idéias dos autores, tais como estão nas referências que serão citadas.

### O ENFOQUE INSTITUCIONAL-ESPACIAL

Para o enfoque **Institucional-Espacial**, são três as maiores linhas de preocupações da chamada sociologia da agricultura; o sistema de posse e uso da terra; a integração vertical e a subordinação da agricultura comercial; e a direção das relações de produção.

O **sistema de posse e uso da terra** torna-se relevante na medida em que a sociologia da agricultura considera de suma importância a alocação de recursos econômicos espaciais à população. Na agricultura, a idéia concreta do espaço físico é a terra, cuja importância como fator de produção é mais crucial para a produção agrícola do que para a produção industrial.

Tal alocação pode ser institucionalizada através do sistema de propriedade da terra. Portanto, o sistema de posse e uso da terra, e como consequência a estrutura social dele derivada, não é colocado de maneira determinística, mas articulado através de formatos legais e legitimados. Desse modo, seria um dos objetivos da nova disciplina — a sociologia da agricultura — preocupar-se com os fenômenos decorrentes da função da terra, principal agente da produção agrícola. No centro dessa

função estariam a estrutura social e as relações de classes decorrentes da forma de posse e uso da mesma, bem como as variações dos tipos de agricultura por ela permitidos de estabelecer-se.

Argumenta Stinchcombe (1986) que as características fixas da terra são fatores determinantes do tipo de exploração a ser viabilizado. Desta forma, seria o sistema de posse e uso da terra, ao lado do tipo de agricultura, que definiria as relações sociais na agricultura.

Assim, existiriam cinco tipos de agricultura em função da maneira de possuir a terra: a fazenda, o arrendamento familiar, a pequena propriedade familiar, a 'plantation' e a agricultura extensiva, dentro dos quais se estabelecem relações sociais, definidas segundo variáveis sócio-econômicas.

Conclui pelo papel da estrutura fundiária como **causa e efeito** da estrutura do poder econômico e político, e fator decisivo na formação da classe social e da estrutura de classes no setor agrícola.

A **integração vertical e a subordinação da agricultura comercial**, como uma segunda linha de preocupações da sociologia da agricultura, têm relevância na medida em que, aprendendo com a sociologia urbana, precisa-se entender as relações agricultura-indústria como uma expressão espacial da divisão social do trabalho. Tais relações seriam marcadas por uma gradual emergência de uma economia de mercado e por um crescente processo de racionalização weberiana. Desse modo, a integração e a conseqüente subordinação da agricultura não seriam mais que uma expressão espacial do processo de acumulação e centralização capitalistas.

Dois fatores são colocados por Newby (1978) como relevantes para a melhor compreensão do processo integração-subordinação. O **primeiro**, e o mais importante, é o papel do Estado como agente promotor da integração-subordinação. Aqui pode-se deduzir o papel estratégico do setor governamental para as políticas de produção, comercialização, incentivos e inovações tecnológicas. Ao realizar este papel o Estado habilita-se a moldar o tipo de agricultura que ele prefere e assegurar o lucro mínimo que, por exemplo, permite a compra de novas tecnologias. Desse modo, seria mais válido a sociologia da agricultura preocupar-se com este fato, estudando tal intervenção criticamente, tomando em conta os aspectos sociológicos do processo intervencionista.

O **segundo**, são as causas dessa intervenção. Em vez de investigar as causas da intervenção estatal, os sociólogos rurais têm tradicionalmente se preocupado com as conseqüências dessa intervenção, manifesta em estudos da migração rural-urbana, da proletarização do campo, da concentração de renda ou do desaparecimento da propriedade familiar. Carecem, portanto de uma **perspectiva crítica** das políticas governamentais para a agricultura. Por exemplo, o desaparecimento da unidade familiar agrícola parece ligar-se mais à subordinação à indústria do que à tecnologia, como muitos preconizam (Nikolitch, 1969), e a queda da renda auferida pelos trabalhadores da agricultura estaria diretamente ligada ao índice de concentração dos negócios (Lianos & Paris, 1972). Entender sociologicamente as causas que conduzem à subordinação e à concentração dos negócios na agricultura é sugerido por Newby (1978) como tarefa da sociologia da agricultura.

As **relações de trabalho** na agricultura são colocadas na perspectiva Institucional-Espacial como a terceira linha de preocupação. Tais relações demandam análise mais profunda e devem ser colocadas em bases comparativas. De um modo geral, afirma Newby (1978), tenta-se atribuir à agricultura moderna os mesmos padrões de relações prevaletentes na indústria. Desse modo, advoga-se uma convergência entre as duas atividades no que tange às relações de trabalho. Fenômenos como o de alienação, tão freqüentemente mencionado na indústria, já se contabilizam também entre os trabalhadores da moderna agricultura (Rushing, 1972).

Apesar desses resultados, parece não existir, necessariamente, uma relação direta entre o desenvolvimento tecnológico da agricultura e um sistema específico de relações sociais. Do mesmo modo, parece não existir correspondência entre o desenvolvimento das relações de trabalho na agricultura e na indústria, exceto em termos gerais. Ao contrário, as relações sociais apropriadas na agricultura exibem características que refletem as peculiaridades e as condições inerentes à produção ou até mesmo às características do produto. Com vários estudiosos (Banaji, 1980; Coop, 1972; Newby, 1978) pode-se aprender que a modernização da agricultura promove uma variedade de relações sociais que servem para contrapor-se a certas generalizações. Se a mecanização na indústria é generalizada como uma ação trazendo no seu bojo a divisão social do trabalho, na agricultura tal razão não é linear. Igual que na indústria, na agricultura a substituição do trabalho pela máquina também tem afetado a natureza das relações sociais entre os trabalhadores, e entre estes e os patrões, porém em direção contrária àquela.

Segundo Bell & Newby (1973), a mecanização agrícola, ao reduzir a divisão social do trabalho, e ao eliminar mão-de-obra, contribui para o declínio da solidariedade de classe, mesmo daquelas situações onde a pressão sobre a terra continua relevante. As relações 'entre classes' são também afetadas. Face à redução da divisão do trabalho, passa a existir uma simplificação da estrutura de poder com a remoção dos níveis intermediários de autoridade entre empregado e empregador, conforme relata Newby (1975).

Assim posto, nos países economicamente avançados o desenvolvimento capitalista da agricultura parece ter reduzido as chances de grandes concentrações de trabalhadores, atingindo conseqüentemente as potencialidades para as ações coletivas. Nos Estados Unidos, por exemplo, alguns sociólogos afirmam que a mobilização e a ação coletiva são mais viáveis com trabalhadores imigrantes e temporários (Friedland & Thomas, 1974).

Isto, de certo modo, manifesta-se paradoxal ao sociólogo, que poderia supor na revolução tecnológica a quebra da sociedade rural tradicional, com a evolução do trabalhador de um estágio de consciência de 'classe em si' à 'classe para si'. Entretanto há sintomas que indicam uma tendência ao tradicionalismo, com as relações sociais marcadas por ações particulares e difusas. Newby (1978) entende que a caminhada da agricultura a uma maior participação no mercado, via integração e subordinação, demanda uma racionalização, terminando por recriar estruturas 'tradicionais' de relações entre classes, onde 'todo mundo conhece todo mundo', e, portanto, de caráter personalizado.

## O ENFOQUE ORGANIZACIONAL

Uma sociologia da agricultura, ao contrário da sociologia rural, ocupa-se da análise da organização social da agricultura, enfatizando o processo produtivo em vez de os processos sociais derivados.

Apesar das peculiaridades que lhe são próprias, existe um caráter universal da produção agrícola capitalista. É possível fazer uma análise da organização social da produção de alface, por exemplo, de uma forma idêntica como a da fabricação de automóveis. A produção agrícola nas sociedades capitalistas é um segmento distinto do seu modo de produção. As forças produtivas são reunidas com o objetivo de dar lucro que, por sua vez, será reinvestido no desenvolvimento de mais meios de produção. A conformação destes é, por sua vez, em grande parte, uma função das relações sociais de produção.

O processo de trabalho, cuja análise é essencial para uma compreensão do problema da mudança na organização da produção agrícola, é não somente a organização física do trabalho mas também o terreno comum das duas grandes categorias sociais: o trabalho assalariado e o capital. A relação entre essas duas categorias se ancora na produção do valor pela primeira e na apropriação desse valor pela segunda.

O desenvolvimento da forma capitalista da produção e as relações sociais correspondentes são condicionadas à sua habilidade para atingir dois propósitos: 1) converter o trabalho numa mercadoria a ser alugada a serviço do capital; e 2) assegurar o consentimento dos portadores dessa mercadoria — os trabalhadores — para participar numa relação desigual. Ou seja, os fatores críticos para as organizações econômicas capitalistas são o suprimento do trabalho e o controle do trabalho.

É importante analisar os fatores políticos, econômicos e sociais externos diretamente relacionados à produção; isso inclui questões de legalização da situação dos trabalhadores e a crescente sindicalização dos mesmos.

Existem duas unidades de análise. Uma delas é a própria mercadoria e a outra é a empresa ou a unidade de produção. Uma sociologia da agricultura deveria preocupar-se com o sistema global de produção, processamento e distribuição, e não simplesmente com o cultivo.

Para Friedland, Barton & Thomas (1981) o processo de trabalho ('labor process') é o somatório de quatro elementos: a organização social dos produtores e as organizações (formais), para o estudo destas valendo-se os autores da análise organizacional; o recrutamento e a organização do trabalho, uma área da sociologia do trabalho; o processo técnico de produção; e problemas associados ao desenvolvimento científico e tecnológico, uma área da sociologia do conhecimento. A seguir procurar-se-á resumir o pensamento dos autores sobre cada um desses itens.

## **A ORGANIZAÇÃO DOS PRODUTORES E AS ORGANIZAÇÕES**

O esquema proposto enfatiza a interação dos produtores, — como empregadores e como capitalistas — com os trabalhadores. Cada produtor desenvolve algum padrão de produção, mas os produtores, coletivamente, criam organizações. As formas que essas organizações tomam e sua capacidade para funcionar face a outras organizações no sistema de produção e distribuição constituem um outro tema para análise.

### **RECRUTAMENTO E ORGANIZAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA**

Aqui entram questões como contratação para o ano todo ou sazonal; se é na base de salário mensal, por hora ou por tarefa, troca, e assim por diante.

Qualquer exame do fator trabalho inevitavelmente envolve a comunidade — porque é nelas que o trabalhador é muitas vezes recrutado — mas também raça, etnia e gênero. Por exemplo, não é acidental o fato de que as mulheres são empregadas em alguma forma de produção e não em outras.

Outro item de importância para análise é o caráter da interação que ocorre entre o capitalista e o trabalhador. O conflito tem tomado, na agricultura, uma forma diferente da de outras atividades. Apesar de muitas tentativas dos trabalhadores agrícolas para se organizarem, existem dois fatores que se combinam para criar obstáculos à sua organização: 1) a natureza isolada e diferenciada da produção; e (2) o amedrontador poder político dos empregados agrícolas.

Sindicalização é a forma mais óbvia e impressionante de luta, mas uma compreensão do caráter da luta requer uma análise mais profunda da interação diária entre o fazendeiro e o trabalhador. Além do mais, é na interação entre, de um lado, os conflitos resultantes da administração do trabalho, e, de outro lado, a organização do empresário e do setor agrícola específico de que faz parte, que se encontra o surgimento das relações sociais da produção.

### **TÉCNICAS DE PRODUÇÃO<sup>4</sup>**

Uma sociologia da agricultura deve dar atenção às técnicas de produção. Estas envolvem a maneira em que a própria produção é organizada. Controlar conjuntos de dados sobre as técnicas de produção é difícil; mas é uma tarefa necessária para compreender o sistema de produção de uma mercadoria.

### **DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO**

Tal como a indústria, a agricultura é hoje um processo de produção altamente técnico e complexo baseado num nível muito alto de conhecimento científico e

---

<sup>4</sup> 'Technical production practices' na terminologia de Friedland, Barton & Thomas (1981).

de distribuição da informação. Os trabalhos concentram-se na busca de uma redução da incerteza (e, portanto, dos riscos) e do incremento da produtividade. Em termos gerais, P & D têm contribuído para a concentração da produção agrícola, altamente orientada para a maximização dos lucros e para reinvestimentos, para a entrada na produção da sociedade anônima através da integração vertical, e para o desenvolvimento da unidade de produção sob forma da sociedade anônima baseada na família empresarial. Nesse processo ocorre a transformação da agricultura da produção em pequena escala para formas características do sistema mais geral de produção capitalista. Todos esses elementos constituem o processo vital de acumulação do capital que Marx (1984) considerava como uma característica essencial do capitalismo.

O conjunto de conhecimentos com respeito a uma mercadoria surge da interação constante das diferentes forças envolvidas no processo de trabalho. Por exemplo, pesquisou-se um tomateiro que fosse adaptável à colheita mecânica, ou seja, que produzisse muitos frutos ao mesmo tempo; e que tivesse um caule muito robusto, para suportar o peso dos tomates. Este tipo de planta foi projetado, mas um outro tipo de planta não o foi: que começasse a produzir flores bem cedo na estação e que produzisse tomates continuamente por um longo tempo, ou seja, que produzisse um máximo de ganhos potenciais para os trabalhadores. Esse fato — de que um tomateiro para a máquina foi pesquisado e desenvolvido e não um tomateiro para o trabalhador — não é acidental.

Como se vê, o enfoque organizacional desenvolvido por Friedland, Barton & Thomas, (1981), fazendo uso, em particular, de conhecimentos da sociologia das organizações, da sociologia do trabalho e da sociologia do conhecimento, de um lado, e de teorias marxistas, de outro lado, é em certo sentido, relativamente bem diferente do enfoque de Newby & Buttel, (1980), que se chamou de Institucional-Espacial. A grande diferença, ao nosso ver, é o simples fato de que os primeiros não levam em conta o fator terra; em vez disso, enfatizam a organização social da agricultura, incluindo a organização dos empresários e dos trabalhadores agrícolas, e do seu relacionamento uns com os outros. Em outras palavras: os dois enfoques se completam um ao outro.

### SOCIOLOGIA DA AGRICULTURA NO BRASIL

Os enfoques para uma sociologia da agricultura aqui mencionados foram concebidos: 1) para as sociedades capitalistas avançadas; 2) por sociólogos dessas sociedades; e 3) baseados em fatos também dessas sociedades. Significativamente, o título da obra organizada por Buttel & Newby (1980), onde se encontra boa parte das idéias aqui expostas, intitula-se 'The rural sociology of the advanced societies'. De Newby (1978) é outro trabalho com a mesma preocupação: 'The rural sociology of advanced capitalist societies'.

No Brasil a sociologia rural não tomou rumo idêntico ao das sociedades avançadas. Nossa temática principal é bem outra. Estudos de comunidade, de estilos de

vida, e outros, das sociedades vivendo no espaço rural, tiveram a sua vez, é verdade. Mas predominaram e predominam os trabalhos sociológicos em que o interesse foi, e é, centrado nos problemas da terra, na luta dos trabalhadores agrícolas e em outros temas que agora se enquadrariam perfeitamente numa sociologia da agricultura. São apenas alguns exemplos (em ordem cronológica): Cardoso (1961), sobre tensões sociais no campo e reforma agrária; Ianni (1961), sobre proletariado agrícola; Monteiro (1961), sobre estrutura social e economia em áreas de pequena propriedade e de monocultura; Medina (1964), sobre a estrutura agrária; Vinhas (1968), sobre a estrutura agrária e estrutura social no campo; Queda (1972), sobre a intervenção do Estado na agroindústria açucareira; Martins (1973), sobre adoção de práticas agrícolas e tensões sociais; d'Incao (1975), sobre trabalhadores agrícolas itinerantes; Velho (1976), sobre capitalismo autoritário e campesinato; Palmeira (1977), sobre relações sociais na **plantation** tradicional; Queiroz (1977), sobre messianismo; Lopes (1981), sobre capitalismo agrícola; Sigaud (1982), sobre trabalhadores agrícolas 'clandestinos', e Navarro (1983), sobre diferentes tipos de movimentos sociais de trabalhadores agrícolas.

Pode-se dizer, portanto, que há tempo as ciências sociais no Brasil têm a sua sociologia da agricultura, embora não, é claro, com esse nome, nem exatamente com os enfoques aqui apresentados. Por questões de espaço não se fará aqui uma exposição mais ampla deste ponto. Mas vale dizer, para concluir, que se tem nos dois enfoques aqui apresentados, fontes teóricas motivadoras de trabalhos desse tipo.

### CONCLUSÃO

Sem querer apresentar uma nova agenda de pesquisas, já que essa não foi a intenção deste artigo, acrescenta-se que uma dessas fontes, sem dúvida de grande significação para o Brasil, é a que diz respeito ao papel do Estado na integração vertical e na subordinação da agricultura ao capitalismo industrial. Tendo o Estado uma presença acentuada na economia, possivelmente as causas determinantes dessa presença possuem componentes além daqueles imaginados para os países economicamente avançados pelo fato de o Estado aqui também ser subordinado, internacionalmente.

Uma outra fonte diz respeito às organizações da agricultura. Pouca importância tem sido dada a essas organizações, tanto as formais como as informais e voluntárias. No particular, além de estudos sobre cooperativas e cooperativismo, nada ou quase nada foi feito, carecendo a agricultura brasileira de estudos sobre as suas organizações de produtores, organizações de pesquisas e desenvolvimento e organizações de processamento e transporte, somente para citar alguns exemplos.

Mas essa sociologia da agricultura não deve ser vista como uma alternativa substituidora da atual sociologia rural, embora alguns autores que dela se têm ocupado pensem dessa forma. Na nossa opinião, ela deverá apenas complementar a sociologia rural convencional ao se propor a estudar um campo, e dos mais relevantes,

que foi praticamente deixado de lado como objeto de estudo. Os atuais temas da sociologia rural continuarão, pois, sendo pesquisados. A sociologia da agricultura será, assim, uma adição ao grupo de disciplinas que se ocupam do que ocorre no espaço rural.

#### REFERÊNCIAS

- BANAJI, J. Summary of selected parts of Kautsky's the agrarian question. In: BUTTEL, F. H. & NEWBY, H., eds. **The rural sociology of advanced societies: critical perspectives.** Montclair, Allanheld, Osmun, 1980. p. 39-82.
- BELL, C. & NEWBY, H. The source of variation in agricultural workers: images of society. **Socio. Rev.**, 21(2):229-53. 1973.
- BUTTEL, F. H. & NEWBY, H., eds. **The rural sociology of advanced societies: critical perspectives.** Montclair, Allanheld, Osmun, 1980. 529p.
- CARDOSO, F. H. Tensões sociais no campo e reforma agrária. **R. Bras. Est. Polít.** 12:7-26. 1961.
- COOP, J. H. Rural sociology and rural development. **Rur. Soc.**, 37(4):515-33. 1972.
- COSTA, M. A. Urbanização e migração urbana no Brasil. In ———, ed. **Estudos de demografia urbana.** Rio de Janeiro, Instituto de Planejamento Econômico e Social, 1975. p. 39-122.
- FELDMAN, A. S. & MOORE, E. W. Commitment of the industrial labor force. In: MOORE, W. E. & FELDEMAN, A. S., eds. **Labor commitment and social change in developing areas.** New York, Social Science Research Council. 1960. p. 2-27.
- FRIEDLAND, W. H. The end of rural society and the future of rural sociology. **Rur. Soc.**, 47(4):589-608. 1982.
- ; BARTON, A. E., THOMAS, R. J. **Manufacturing green gold: capital, labor, and technology in the lettuce industry.** Cambridge, Mass, Cambridge University Press, 1981. 159p. (American Sociological Association Rose Monograph Series).
- ; & THOMAS, R. J. State politics and public interests; paradoxes of agricultural unionism in California. **Trans-Action**, 11(4):54-62. 1974.
- GALJART, B. The future of rural sociology. **Soc. Rur.**, 13(3/4):254-63, 1973.
- GIDDENS, A. Classical social theory and modern sociology. **Am. J. Soc.**, 81(4):703-29. 1976.
- GILBERT, J. Rural theory: the grounding of rural sociology. **Rur. Soc.**, 47(4):609-33. 1982.
- HOFSTEE, E. W. Rural sociology in Europe. **Rur. Soc.**, 26(1):1-14. 1963.
- INCAO, M.C. d'. **O Bóia-fria: acumulação e miséria.** 8a. ed. Petrópolis, Vozes, 1975. 154p.
- R. Econ. rural, Brasília**, 24(2): 251-266, abr./jun. 1986

- IANNI, O. G. A constituição do proletariado agrícola no Brasil. **R. Bras. Est. Pol.**, 12:27-46. 1961.
- KALIL, R. The absorption of manpower by the urban and rural sectors of Brazil. **Bull. Inst. Stat.**, Oxford University, 21(2):45-53. 1965.
- KERR, C. et alii. **Industrialism and industrial man**. Cambridge, Mass., Harvard University, 1960. 231p.
- LEE, G. R. Residential location and fear of crime among the elderly. **Rur. Soc.**, 47(4):655-69. 1982.
- LIANOS, T. P. & PARIS, O. American agriculture and the prophecy of increasing misery. **Am. J. Agric. Econ.**, 54(4):570-77. 1972.
- LOPES, J. R. B. **Do latifúndio à empresa: unidade e diversidade do capitalismo no campo**. 2 ed. Petrópolis, Vozes, 1981. 125p.
- MARTINS, J. de S. Adoção de práticas agrícolas e tensões sociais: a situação dos plantadores de algodão na Alta Sorocabana. **Cad. Centro Est.: Rurais e Urb.**, São Paulo, (6):201-16. 1973.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo, Abril Cultural, 1984. 306p. volume 1, Livro Primeiro, Tomo 2.
- MEDINA, C. A. de. A estrutura agrária brasileira: características e tendências. **América Latina**, 7(1):71-93. 1964.
- MONTEIRO, D. T. Estrutura social e vida econômica em uma área de pequena propriedade e de monocultura. **R. Bras. Est. Pol.**, 12:47-63. 1961.
- NAVARRO, Z. S. Movimentos rurais no Sudeste da Bahia (1955-1964). **Cad. do CEAS**, (85):14-23, mai./jun. 1983.
- NEWBY, H. The rural sociology of advanced capitalist societies. In: —; ed. **International perspectives in rural sociology**. Chichester, John Wiley & Sons, 1978. 220p.
- . The differential dialectic. **Comp. Stud. Soc. and Hist.**, 17(2):139-64. 1975.
- . & BUTTEL, F. H. Toward a critical rural sociology. In: BUTTEL F. H. & NEWBY, H., eds. **The sociology of advanced societies: critical perspectives**. Montclair, Allanheld, Osmun, 1980. p. 1-35.
- NICOLITCH, R. Family-operated farms: their comparability with technological advance. **Am J. Agric. Econ.**, 51(3):491-9. 1969.
- PALMEIRA, M. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional. **Contraponto**, 2(2):108-14. 1977.
- QUEIROZ, M. I. P. de. **O messianismo no Brasil e no mundo**. 2 ed. São Paulo, Alfa-Ômega. 1977. 441p.

- RUSHING, W. A. **Class, culture and alienation: a study of farmers and farm workers.** Lexington, Mass., D.C. Heath, 1972. 190p.
- SEWELL, W. H. Needed research in rural sociology. **Rur. Soc.**, 30(4):428-51. 1950.
- SIGAUD, L. O sindicato e a estratégia do capital. In: SÃO PAULO. UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRONÔMICAS. DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL. **A mão-de-obra volante na agricultura.** São Paulo, Polis, 1982. p. 224-53.
- SIMS, N. le R. **Elements of sociology.** New York, Thomas Y. Crowell, 1947. 690p.
- SMITH, T. L. Rural sociology in the United States and Canadá: a trend report. **Curr. Soc.**, 6 (1):5-18. 1957.
- STEIN, M. R. **The eclipse of community: an interpretation of American studies.** Princeton, Princeton University Press, 1960. 352p.
- STINCHCOMBE, A. L. Agricultural enterprise and rural class relations. In: BENDIX R. & LIPSET, S. M., eds. **Class, status and power**, 2 ed. New York, The Free Press, 1966. p. 182-90.
- SUMMERS, G. et alii. **Industrial invasion of non-metropolitan industrial growth and community change.** Lexington, Mass., D. C. Heath, 1976. 231p.
- VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato.** São Paulo, DIFEL, 1976. 261p.
- VINHAS, M. **Problemas agrário-camponeses do Brasil.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. 244p.
- WAKELEY, R. E. Definition and relationship of rural sociology. **Rur. Soc.**, 32(2):195-8. 1967.
- WARNER, W. K. Rural society in a post-industrial age. **Rur. Soc.**, 39(3):306-17, 1974.
- WINFREE, Jr., L. T. & GRIFFITHS, C. T. Social learning and adolescent marijuana use: a trend study of deviant behavior in a rural middle school. **Rur. Soc.**, 48(2):219-39, 1983.